

Orçamento: um dia confuso em 29 NOV 1988 Brasília.

O presidente José Sarney embarcou ontem às 16 horas para a Argentina deixando atrás de si um palco de muita confusão envolvendo o Palácio do Planalto e o Congresso. Às 16h15 o subchefe do Gabinete Civil, Henrique Hargreaves, entregou à Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara uma nova proposta de ajuste do orçamento da União para 1989. Mas ela não modifica quase nada da proposta encaminhada na semana passada, que alterava o projeto enviado em agosto, principalmente no ponto referente às dívidas dos Estados e municípios, tentando um acordo com os governadores do PMDB. Segundo explicações da Secretaria de Planejamento da Presidência, foi uma "manobra jurídica" para evitar que o Congresso alterasse os termos fundamentais da proposta original, de agosto. Surgiram dúvidas quanto à mensagem de alteração do orçamento encaminhada na semana passada. Membros da comissão consideraram-na uma emenda, passível portanto de sofrer alterações em sua estrutura. O governo, por sua vez, entendia que era apenas um substitutivo, que modificava parte da primeira mensagem, encaminhada em agosto, que não podia, por isso, sofrer mudanças em sua essência.

Na proposta de ontem o governo superou o problema jurídico, após entendimentos com o presidente do Congresso, senador Humberto Lucena. Com base na Constituição, ele aceitou a alteração na proposta orçamentária que já estava em discussão. Mesmo a exigência do pagamento de 25% das dívidas dos Estados e municípios em 1989, rejeitada pelos governadores, foi mantida na nova mensagem, assim como a previsão de um superávit equivalente a 0,7% do Produto Interno Bruto.

A Comissão de Orçamento da Câmara continuava reunida ontem à noite e o mais provável é que o relator, Almir Gabriel, mantenha o que fora proposto na alteração enviada pelo governo na semana passada. Por ela, Estados e municípios pagariam em 89 apenas parte da dívida externa, de acordo com o sistema de cascata: quem tem uma dívida global de até US\$ 300 milhões não paga nada. Entre US\$ 300 e 500 milhões, paga 10% e rola 90%; entre US\$ 500 milhões e US\$

29 NOV 1988
JORNAL DA TARDE

1 bilhão, paga 20% e acima de US\$ 1 bilhão paga 25% do total. Os recursos que Estados e municípios deixarem de pagar e que constam como receita do orçamento serão cobertos através do corte de despesas e outras contas.

Críticas ao ajuste

Um documento de 11 páginas elaborado por técnicos da Confederação Nacional do Comércio, que circulou na reunião técnica de ontem do pacto social, faz severas críticas ao plano de ajuste fiscal do governo contido na proposta orçamentária da União para 89. Segundo fontes que participaram da reunião, o documento chega ao ponto de dizer, na página 7, que "os ministros Maílson e João Batista estão condenados a cair, independentemente de qualquer protesto do empresariado contra as graves ameaças levantadas no pacote fiscal".

O documento sustenta que os acréscimos esperados com o ajuste fiscal, em valores corrigidos até 31 de dezembro, somam Cz\$ 9 trilhões. "E ao transferir esses recursos do sistema produtivo para o erário federal e estadual" os efeitos imediatos serão: queda nas vendas e nas atividades produtivas e recessão. Para os técnicos que elaboraram o documento, a cobrança do imposto de 8% sobre o lucro das empresas não financeiras e de 12% sobre as instituições financeiras "é inconstitucional", cabendo portanto recurso ao Supremo Tribunal Federal.

O documento afirma ainda que "os burocratas da Receita Federal estão dando um tratamento inadequado a uma parte vital do pacto social". Em outro trecho cita que "pode-se admitir a exigência de uma conspiração da Fazenda e da Seplan para liquidar com a livre empresa e lançar o Brasil na desordem social", por causa da retirada de recursos do setor produtivo, através do aumento de impostos.